

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

10/04 a 14/04

AÇÕES GERAIS

- Acompanhamento do diário oficial e monitoramento das matérias novas apresentadas
- Acompanhamento do Plenário e das Comissões Temáticas da Câmara e do Senado.

AÇÕES ESPECÍFICAS

- **Organização e acompanhamento da Reunião de Diretoria da FCS no dia 11/04 às 17h30, com a seguinte pauta:**
 - **MP 1147/2022 - PERSE**, onde ficou decidido entre os parlamentares presentes que trabalhássemos favoravelmente a inclusão no texto da MP a Emenda 14, de autoria do Deputado Domingos Sávio (PL/MG), onde acrescenta os bares, restaurantes e similares mesmo que o estabelecimento não esteja cadastrado no Ministério do Turismo.
 - **MP 1159/2023 - ICMS**, onde foi discutido o mérito da matéria e como seu texto pode resultar na redução de créditos tributários e elevação do custo. Foi decidido corrigir o texto da MP garantindo o crédito de ICMS, ISS e do Simples Nacional na aquisição de produtos, insumos e serviços.
 - **MP 1160/2023 - CARF**, onde não houve discussão desta matéria.
 - Ficou definido ocorrer uma nova reunião da Diretoria na semana que vem com data e local ainda a definir.
 - Participaram da reunião os seguintes parlamentares: Dep. Domingos Sávio (PL/MG), Dep. Zé Neto (PT/BA), Dep. Luiz Gastão (PSD/CE), Dep. Joaquim Passarinho (PL/PA), Dep. Bibó Nunes (PL/RS), Dep. Sidney Leite (PSD/AM) e Dep. Luís Carlos Gomes (REPUB/RJ).

- **PL 8112/2017 - Revogação da Reforma Trabalhista**

- **Ementa:** Acrescenta dispositivo a Lei de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nºs 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, modificada pela Lei 13.467 de 13 de julho de 2017 a fim restabelecer direitos retirados
- **Autor:** Marco Maia (PT-RS)
- **Ações:** Elaboração de resumo executivo e articulação de relatoria na Comissão de Desenvolvimento Econômico, solicitamos ao Deputado Júlio Lopes (PP/RJ) que solicitasse a relatoria, uma vez que o deputado é contrário a matéria.
 - O deputado Júlio Lopes (PP/RJ) foi **designado relator**.

- **PL 1244/2020 - Programa de Seguro Emprego- PSE**

- **Ementa:** Institui o Programa de Seguro Emprego- PSE.
- **Autor:** Pedro Lucas Fernandes (PTB-MA)
- **Ações:** Elaboração de resumo executivo e articulação de relatoria na Comissão de Desenvolvimento Econômico, solicitamos a Deputada Bia Kicis (PL/DF) que pedisse a relatoria.
 - A deputada Bia Kicis (PL/DF) foi **designada relatora**.

- **PL 3497/2021 - Recuperação judicial, a extrajudicial e a falência de Empresas**

- **Ementa:** Acrescenta novo parágrafo único ao art. 166 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que “Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária”.
- **Autor:** Valtenir Pereira - MDB/MT
- **Ações:** Elaboração de resumo executivo e articulação de relatoria na Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS).

- **PL 6099/2019 - Atividades de Médio Risco inseridas na Lei de Liberdade**

Economica

- **Ementa:** Altera a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, inserindo a atividade econômica de médio risco.
- **Autor:** Jerônimo Goergen (PP-RS)
- **Ações:**Elaboração de resumo executivo e articulação de relatoria na Comissão de Desenvolvimento Econômico.

- **PL 6280/2019 - Pagamento de dívidas**

- **Ementa:** Acrescenta parágrafos ao art. 53, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para assegurar o direito à compensação ao devedor que efetuar o pagamento de prestações na ordem inversa dos seus vencimentos.
- **Autor:**Flaviano Melo - MDB/AC
- **Ações:** Elaboração de resumo executivo envio de material ao relator na Comissão de Defesa do Consumidor, Dep. Silvio Costa Filho (REPUBLIC-PE).

- **PL 3280/2019 - Precificação por unidade de medida**

- **Ementa:** Dispõe sobre a obrigatoriedade de informar, por parte dos estabelecimentos comerciais do gênero alimentício, o valor das refeições à venda por quilo de forma legível
- **Autor:** Célio Studart - PV/CE
- **Ações:** Solicitação de apresentação de requerimento de apensamento do PL 4355/2019 ao PL 3280/2019, uma vez que o teor dos projetos é igual. Sendo o relator na Comissão de Defesa do Consumidor contrário ao projeto, foi apresentado pelo Deputado Sanderson (PL/RS) o requerimento para apensar os dois projetos (REQ 1184/2023)

- **GRUPO DE TRABALHO – REFORMA TRIBUTÁRIA - DIA 12/04/2023**

- **Tema: Reforma Tributária sob a Perspectiva Setorial: Saúde e Educação**

- **NELSON LEITÃO PAES**, Doutor em Economia pela Universidade de Brasília - UnB e Assessor na Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda. Afirmou que todos vão ganhar com a reforma tributária e vai beneficiar todos os setores, inclusive nos setores da saúde e educação.
- **JOSÉ ROBERTO COVAC**, Assessor Jurídico do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular. **Apresentou proposta de**
- **MÔNICA ANDREIS**, Diretora Presidente da ACT Promoção da Saúde. Disse que o Imposto Seletivo (IS) para produtos nocivos é necessário e significa zelar pela saúde e proteger gerações futuras. Informou que o fumo é responsável por 161 mil óbitos por ano no país e corresponde a 13% do total de mortes (2020) e o ônus de pagar pelo tratamento é de todos. A bebida cerca de 85 mil mortes (2021) e pelo consumo de ultraprocessados, cerca de 57 mil óbitos (2019).
- **FERNANDO SILVEIRA FILHO**, Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde – ABIMED . Defendeu alíquota neutra para o setor.
- **MAURO GRIMALDO DA SILVA**, Coordenador do Conselho de Advogados da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN. Disse que a reforma vai trazer um impacto muito grande na educação. Afirmou que se não for possível a isenção total, que haja uma alíquota especial para a educação e que seja mantida a isenção que hoje existe.

- **RICARDO FURTADO**, Conselheiro Fiscal da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN. Disse ser importante a incidência de uma alíquota neutra ou a isenção para os estabelecimentos de ensino.
 - **ELIZABETH GUEDES**, Presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP e Presidente da Câmara de Ensino Superior – CES da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino – CONFENEN. Disse ser necessária uma alíquota neutra, que o PROUNI deve ter isenção e o livro imunidade.
 - **JORGE ANTÔNIO DEHER RACHID**, Consultor Tributário e Ex-Auditor Fiscal da Receita Federal. Alertou sobre o SIMPLES NACIONAL, uma vez que tende a acabar.
 - **MARCOS PAULO NOVAIS SILVA**, Superintendente Executivo do Sistema Abramge | Sinamge | Sinog. Informou que de cada 100,00 pagos nas mensalidades dos convênios, 88,00 é o gasto com as consultas, exames e cirurgias, os 11,50 restantes vão para o pagamento dos impostos das operadoras e os demais custos para o seu funcionamento. Afirmou que a saúde precisa ter um tratamento diferenciado.
- **Entrada da UNECS no Conselho de Indústria e Comércio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)**
 - Enviamos ofício solicitando que a UNECS participasse do Conselho supracitado.

Os resultados da semana de plenário e comissões, tramitações, matérias novas e publicações no DOU estão disponíveis nos links abaixo.

MATÉRIAS NOVAS

<https://bit.ly/3GKakYg>

RESULTADOS DA SEMANA

<https://bit.ly/41baG29>

ACTION WEEK

<https://bit.ly/3A1mZSE>

TRAMITAÇÕES

<https://bit.ly/3GJFH52>

DIÁRIO OFICIAL

<https://bit.ly/3GFyW47>